

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 14
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

Processo nº 3979/13

Órgão de Origem: Divisão de Atos de Admissões

Assunto: Estudos Especiais

Ementa: Estudos Especiais acerca do tema compatibilidade de horários nas acumulações de cargos, empregos ou funções públicas, autorizados por meio da Decisão nº 6404/12.

- Levantamento da legislação, doutrina e jurisprudência acerca do tema.
- Pelo encaminhamento das conclusões alcançadas no estudo para as Secretarias de Estado de Saúde e Educação do Distrito Federal para manifestação.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos de Estudos Especiais acerca do tema compatibilidade de horários nas acumulações de cargos, empregos ou funções públicas, determinados no bojo do Processo nº 12323/12, cuja Decisão nº 6404/12, acostada por cópia à fl. 1, assim dispôs:

V – determinar à Sefipe que, em autos apartados, promova estudos especiais acerca do tema compatibilidade de horários, tendo como ponto de partida as considerações levadas a efeito neste voto; (...)

2. Às fls. 2/13, juntamos cópia do voto citado na decisão plenária, para melhor compreensão da determinação ora transcrita.

3. Entende o nobre Relator dos autos que, para aferição da necessária compatibilidade de horários, deve ser considerado o tempo despendido pelo servidor com alimentação e locomoção, bem como o tempo de descanso entre as jornadas, sem prejuízo do repouso semanal remunerado instituído pela Constituição Federal. Para ele, o regime de plantões exaure o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 15
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

servidor, que carece de um período maior de descanso, não podendo ele, durante esse repouso, trabalhar em outro vínculo.

4. Também foi destacado no respeitável voto que o Tribunal vem aceitando a prestação de mais de 60 horas semanais de trabalho, desde que estejam preservadas a saúde dos servidores e a boa qualidade dos serviços por eles prestados, a despeito do entendimento firmado por meio da Decisão nº 2975/08¹. O Relator também destaca a posição do Poder Judiciário, rechaçando a imposição do limite de 60 horas de serviço por semana, ante a impossibilidade de se criar requisito para acumulação de cargos não previsto na Carta Magna. Mesmo assim, o nobre Conselheiro entende que a matéria ainda comporta discussão.

5. O voto foi proferido para que o egrégio Plenário, entre outros itens:

II – responda afirmativamente à preliminar levantada nestes autos no sentido de que, com vistas a preservar a higidez física e mental do servidor, assim como o bom funcionamento do serviço público, para a caracterização da compatibilidade de horários exigida pela Lei Maior, devem ser levados em consideração, além do tempo de locomoção e alimentação, os necessários descansos intra e extra jornada, assim como o descanso de um dia na semana;

VI – em face da deliberação constante do item II acima, determine a todos os jurisdicionados do TCDF que, doravante, na apuração de acumulação de cargos, seja no momento da admissão, seja no momento da comprovação de que cuida o § 3º do art. 46 da Lei Complementar nº 840/2011, levem em consideração, relativamente à compatibilidade de horários, além do tempo de locomoção e

¹ "O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos estudos, dando por cumprido o item VI da Decisão nº 3714/07; II – deliberar no sentido de que: 1) nos termos do art. 120 da Lei nº 8.112/90, a investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos, acumuláveis na forma da Constituição Federal, sujeitá-lo-á ao afastamento dos cargos efetivos, com a suspensão das correspondentes remunerações, observadas, contudo, estas outras possibilidades: a) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos, ao servidor será facultado optar pela remuneração cheia do cargo em comissão (vencimento integral + representação mensal) ou pela remuneração do referido cargo efetivo, acrescida da representação mensal e de percentual do vencimento do cargo em comissão, na forma da legislação específica; b) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos e, ainda, haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da alínea anterior, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitado o limite de 60 (sessenta) horas semanais (Decisão nº 1734/00, II) e a natureza de "acumulatividade" das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuída na CF; (...)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 16
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

alimentação, o seguinte: 1) o regime de plantão exige em contrapartida maior período de descanso; 2) no período de descanso em um dos vínculos, não pode o servidor está trabalhando no outro vínculo;

6. Aqui os autos aguardam instrução.

HISTÓRICO

7. Conforme comentado, a Decisão nº 2975/08 era o paradigma seguido na definição do limite máximo da jornada semanal, ali fixado em 60 horas, para as acumulações com compatibilidade de horários.

8. A SES/DF fixou jornada de trabalho para diversos profissionais de saúde em 24 horas semanais. Quando acumulavam lícitamente outro cargo com jornada de 40 horas, perfaziam 64 horas semanais, labuta perfeitamente possível de ser cumprida, sem maiores prejuízos para o serviço público ou para a saúde do servidor. Contudo, a Comissão de Acumulação de Cargos da Secretaria, ao analisar tais situações, pugnava pela ilicitude, tendo como fundamento a orientação emanada desta Corte de Contas na Decisão nº 2975/08. Na sequência, aqueles que se sentiam prejudicados, socorriam-se da justiça local, onde invariavelmente obtinham provimento judicial favorável às suas pretensões.

9. Assim, o TJDFT proferiu várias decisões no sentido de não restringir onde o legislador constituinte não o fez. Ou seja, como a Constituição Federal exige somente a compatibilidade horária nas exceções expressamente listadas no inciso XVI do art. 37, não poderia o legislador ordinário impor limite à jornada de trabalho. Compilam-se, a seguir, alguns julgados da Corte de Justiça local nessa linha:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PROFISSIONAL DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
 Folha nº 17
 Processo nº 3979/13
 Rubrica: *MMPS*

HORÁRIOS. CARGA HORÁRIA.

I - Os dispositivos legais referentes à acumulação de cargos públicos (art. 37, inc. XVI, "c", da CF e art. 118, §2º, da Lei 8.112/90) exigem apenas a compatibilidade de horários, sem previsão de limite de carga horária. Demonstrados os requisitos para concessão da liminar.

II - Agravo de instrumento improvido. (2010.00.2.004221-1 AGI).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR. INTERESSE JURÍDICO. REJEIÇÃO. CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE. ACUMULAÇÃO. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA.

I - É evidente o interesse jurídico na impetração, pois o ato impugnado determina concretamente a redução da carga horária, cumprindo salientar que já houve até mesmo o indeferimento do pedido de reconsideração. Preliminar afastada.

II - De acordo com o entendimento sufragado pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça, basta comprovar a compatibilidade de horários e que os cargos estejam inseridos no rol previsto na Constituição Federal para que seja lícita a acumulação, **não havendo fomento jurídico na tese de que seria ilegal por extrapolar 60 (sessenta) horas semanais.**

III - Negou-se provimento. (2010.00.2.000148-9 AGI) – grifos nossos.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. PROFISSIONAL DE SAÚDE. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. PREVISÃO NO ART. 37, XVI, DA CF/88. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. JORNADA DE TRABALHO SUPERIOR A 60 HORAS SEMANAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES STJ.

I - São requisitos para a acumulação de cargos somente a compatibilidade de horário e estar o cargo previsto no rol do art. 37, XVI, da CF/88, portanto **inexiste previsão legal a amparar a limitação da jornada de trabalho, na hipótese, a 60 horas semanais.**

II - Negou-se provimento ao recurso e à remessa oficial. (MS 2009.01.1.153561-9) – grifos nossos.

10. No bojo do Mandado de Segurança nº 2009.01.1.189334-3, ainda em trâmite na segunda instância, o juízo de primeiro grau concedeu a ordem, no mérito, e assim se manifestou:

Havendo compatibilidade de horário para o exercício dos cargos, **não merece prosperar a decisão nº 2975/2009 do TCDF**, que prevê o limite de 60 horas semanais para os servidores que acumulam cargos públicos, porquanto não há amparo legal.

Por fim, impende ressaltar que **a decisão do TCDF não tem o condão de se sobrepor ao disposto na Constituição e na Lei.**

A conduta da administração deve se pautar no princípio da legalidade,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 18
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

sendo que não há previsão normativa que a autorize a cercear ou limitar o direito do cidadão, em especial quando este age dentro dos limites prescritos no ordenamento (os grifos não constam do original).

11. O TCDF, ao analisar acumulações com jornadas superiores a 60 horas semanais, passou então a determinar aos jurisdicionados que informassem se o servidor, no exercício cumulativo dos cargos, não causava prejuízos à Administração (sobreposição de horários, atrasos, ausências ou faltas), a si mesmo, em termos de saúde, e à população por ele atendida, à luz, precipuamente, do princípio da eficiência (Decisões de nºs 4806/11, 3320/12, 3790/12, 3789/12 e 5255/12, por exemplo).

12. Quando da análise das respostas dos jurisdicionados, o Tribunal passou a aceitar o ajuste das jornadas de trabalho de forma prospectiva, conforme se verifica nos Processos de nºs 4937/12 (Decisão nº 2355/12), 12579/12 (Decisão nº 4238/12), 26677/12 (Decisão nº 1819/13) e 12498/12 (Decisão nº 2148/13).

13. O Processo nº 19477/10 cuidou de auditoria de regularidade realizada por esta DIADM na SES/DF, ocasião em que se propôs a revisão das Decisões de nºs 1734/00 e 2975/08, no sentido de que fosse possível a acumulação de cargos, nos termos do art. 37, XVI, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, com carga horária acima de 60 horas semanais. Sugeriu-se, contudo, que se aguardasse o deslinde do Processo nº 26624/09, a seguir comentado, para fins de harmonização de entendimento.

14. O Processo nº 26624/09, por sua vez, versa sobre auditoria de regularidade na folha de pagamento da Polícia Civil do DF, onde a SEFIPE verificou o exercício cumulativo dos cargos de Perito Médico Legista e Médico da SES/DF que cumpriam jornada de 80 horas semanais. Por meio da Decisão nº 485/11, o Tribunal resolveu, entre outras providências:

(...)

IV – recomendar à Jurisdicionada editar atos normativos com vistas à

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 19
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

regulamentação do exercício da jornada de trabalho em plantões, observando o necessário registro em folha de ponto do horário de entrada e de saída;

(...)

VI – autorizar a realização de inspeção na PCDF e onde se fizer necessário com o fim de identificar, ao certo, os servidores que acumulam dois cargos públicos, lícitamente, com jornada superior a 60 horas semanais, e analisar se os servidores, no exercício desses cargos, não causam prejuízos à Administração, como p. ex., sobreposição de horários, atrasos, ausências, faltas, etc, aos próprios servidores, em termos de saúde, e à população atendida por eles, adotando as providências que se fizerem necessárias.

VII - autorizar: a) a autuação de processo específico para tratar da inspeção em exame, apartando-a dos autos de auditoria;

(...)

15. Por força do comando dos itens VI e VII ora transcritos, foi autuado o Processo nº 3442/12, que concluiu pela irregularidade das acumulações de cargos com jornada de trabalho cumulativa de 80 horas semanais e pela imprescindibilidade da verificação da compatibilidade de horários à luz do princípio da eficiência, eis que jornadas assim exorbitantes são prejudiciais tanto à Administração, quanto aos servidores e à população por eles atendida. Foi sugerido, ainda, que a SES adotasse medidas efetivas com vistas ao fiel cumprimento do disposto no art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11², e na Portaria-SES nº 145/11, publicada no DODF de 12.8.2011. Na sequência, o Tribunal proferiu a Decisão nº 6401/12, *in verbis*:

I – tomar conhecimento da inspeção realizada e dos documentos encaminhados pelas jurisdicionadas em atenção à diligência determinada na Decisão nº 5.018/11;

II – com fundamento no art. 41, § 2º, da LC nº 1/94, determinar o envio de cópia da instrução, do parecer do Ministério Público e do relatório/voto do Relator à Polícia Civil do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Saúde do DF, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem esclarecimentos e justificativas ou indiquem as eventuais providências adotadas com relação aos fatos apontados na inspeção;

² § 3º O servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 20
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

III – autorizar o retorno do feito à SEFIPE, para análise das medidas encaminhadas pelas jurisdicionadas, em atenção ao item II anterior, sem olvidar de que tal exame deve ser feito em conjunto com a nova avaliação da Decisão nº 2.975/08, nos autos do Processo nº 38.097/07, determinada na Decisão nº 5.306/12, considerando, ainda, se for o caso, o teor de decisões em matérias semelhantes, de modo que, ao final, se possa ter uma só conclusão, uniforme, acerca do assunto, que possa orientar, de modo mais efetivo, o Tribunal.

16. O Processo nº 38097/07 recebeu recente instrução desta unidade técnica, conclusiva no sentido de que:

II – em atenção ao item V da Decisão nº 5306/12³, tendo em vista a jurisprudência do TJDF, STJ e STF, bem como a Lei Complementar DF nº 840/11 – deliberar no sentido de que:

a) a jornada laboral semanal cumulada de servidor público que acumula lícitamente cargos públicos não possui limitação legal, devendo a compatibilidade de horários ser aferida pela Administração Pública, no caso concreto, de modo a não prejudicar a eficiência na prestação do serviço público e a dignidade da pessoa humana do próprio servidor;

b) não se mostra factível, conforme revela a jurisprudência de diversos Tribunais pátrios, a exemplo do RE 635016, jornada cumulada semanal de 80h por servidor público, vez que traria prejuízos à Administração Pública, à população e ao próprio servidor;

c) nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11, o servidor que acumule lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários;

d) nos termos do art. 156, § 1º, da Lei complementar nº 840/11, a investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos, acumuláveis na forma da Constituição Federal, sujeitá-lo-á ao afastamento dos cargos efetivos, com a suspensão das correspondentes remunerações, observadas, contudo, estas outras possibilidades:

d.1) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos, ao servidor será facultado optar pela remuneração integral do cargo em

³ V – enviar o processo à SEFIPE para instrução, autorizando, desde já, sendo o caso, a realização de inspeção onde for necessária, com vistas à análise dos autos a partir da Decisão nº 3575/11, em especial dos documentos citados anteriormente, considerando, ainda, as informações constantes da consulta de fl. 418, da representação de fls. 557/599 e das instruções de fls. 454/458 e 614/619, a possível relação com decisões já adotadas no Tribunal ora estabelecendo limitação à carga horária, em caso de acumulação de cargos, ora não, bem como o disposto na Lei Complementar nº 840/11, tendo por fim avaliação da Decisão nº 2975/08; (Processo nº 38097/07)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 21
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

comissão ou pela remuneração do referido cargo efetivo, acrescida de oitenta por cento dos vencimentos ou subsídio do cargo em comissão por ele exercido, salvo disposição legal em contrário;

d.2) caso o cargo em comissão esteja atrelado a um dos cargos efetivos e, ainda, haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da alínea anterior, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitado a natureza de “acumulatividade” das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuída na Constituição Federal;

d.3) também será permitida a acumulação da remuneração dos dois cargos efetivos, mesmo sem a contraprestação do serviço, desde que a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação lícita não superar quarenta e quatro horas semanais e não tenha o servidor feito a opção pelo valor integral do cargo em comissão.

III – dar ciência da decisão aos jurisdicionados do Tribunal;

IV- autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para arquivamento (grifos nossos).

17. O citado processo nº 38097/07 encontra-se com carga para o Ministério Público junto ao TCDF, não possuindo, até o momento, decisão de mérito. Em suma, a conclusão desta Divisão foi pela análise caso a caso das situações de acúmulo, visto a jornada laboral semanal não possuir limitação na Lei Maior, sem se olvidar que a jornada de 80 horas por semana não se mostra factível, a teor da jurisprudência pátria, em especial o RE nº 635016/RJ, impetrado contra acórdão do TRF da 2ª Região, assim ementado:

“APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. REGIME ESTATUTÁRIO. ART. 37, XVI, “C”, DA CF/88. PROFISSIONAL DE SAÚDE. TÉCNICA EM ENFERMAGEM. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS NÃO COMPROVADA.

1 – A questão não se resolve pela aferição de serem ou não ambos os cargos próprios de profissionais de saúde, aptos à cumulação permitida no art. 37, inciso XVI, alínea “c”, da Lei Maior. Ainda que se admita, por tal aspecto, a acumulação, o problema invencível é o da compatibilidade de horário. **O exercício de 80 horas semanais mostra, em si, a dificuldade de fazer compatíveis os horários, pois, admitido um dia semanal de folga obrigatório, a operação matemática seria:**


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
 Folha nº 22
 Processo nº 3979/13
 Rubrica: *MMPS*

80h/6 = 13h,333..., por dia. É inviável conseguir, ainda, somar intervalos obrigatórios, refeição e deslocamento de um para o outro local, sem reconhecer que, na prática, tudo redundará em atividade não exercida. A jornada de trabalho semanal de 40 horas, isto é fixo. O sistema de plantões é que pode variar. Improcedente o pedido.

2 – Apelação desprovida.” (Grifos nossos).

18. A não aceitação da jornada semanal de 80 horas busca manter a integridade física e psicológica do servidor, bem como a eficiência na prestação do serviço público, tendo sido reconhecida, até o momento, a impossibilidade de o servidor ficar submetido a dois regimes de 40 horas semanais, tanto pela incompatibilidade razoável de horários como pela preservação do regime laboral do servidor.

19. Apenas para complementar o histórico de deliberações do TCDF acerca do tema, listamos abaixo trechos de decisões plenárias.

➤ **PROCESSO nº 35189/10 – Decisão nº 2394/11:**

II – considerando que a compatibilidade de horários fica configurada quando houver possibilidade de exercício dos dois cargos, em horários distintos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho de cada um, bem como o exercício regular das atribuições inerentes a cada cargo, determinar o retorno dos autos à Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de que sejam carreados aos autos elementos de prova da possibilidade fática de conciliação das jornadas de trabalho do servidor Evandro Oliveira Sousa (preferencialmente, atestados de frequência da FHB e HFA), em relação ao exercício do cargo de Técnico de Atividades do Hemocentro (especialidade - Técnico de Enfermagem - 40 horas), com o acumulado junto ao Hospital das Forças Armadas (Técnico em Enfermagem - 30 horas), desde quando iniciado o duplo vínculo, ou seja, a partir de 11.01.2010 (data de exercício no órgão distrital).

➤ **PROCESSO nº 27744/2009 – Decisão nº 355/2011:**

II.c) justificar a concessão da jornada de trabalho do servidor GLAISSON SANTOS COSTA, Matrícula nº 66183-x, com base em 80 (oitenta) horas semanais, conforme se verificou em consulta ao SIGRH (mês de junho de 2010), demonstrando a compatibilidade horária no exercício dos cargos, mesmo após a matéria ter sido normatizada pela Decisão nº 1.734/2000 e sedimentada, conforme Decisão nº 2.975/2008, adotando as medidas que o caso requer;

➤ **PROCESSO nº 3514/10 – Decisão nº 6532/10:**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 23
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

IV. f) estabelecer, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, nos casos concretos de acumulações remuneradas de cargos de Analista de Administração Pública ou Especialista em Assistência Social com o cargo de Professor, com carga horária superior a 60 horas semanais, mecanismos de controle da compatibilidade de horários e da efetiva contraprestação de serviços, com vistas a assegurar o cumprimento da jornada de trabalho fixada para ambos os cargos, sem ocasionar prejuízos à Administração Pública, tais como: sobreposição de horários, atrasos, ausências, faltas, etc.;

➤ **PROCESSO nº 7327/96 – Decisão nº 38/07:**

III.b) em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, promova o levantamento de todos os servidores que se encontrem acumulando cargos em situação idêntica ao do ex-servidor (dupla jornada de 40 horas nos cargos de músico e professor), devendo as jurisdicionadas acompanharem o cumprimento das cargas horárias de trabalho em ambos os cargos, de professor e músico.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE

20.
determina:

O artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal assim

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

21. A Lei Complementar nº 840/11, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do DF, das autarquias e das fundações públicas distritais, reproduziu a norma constitucional no artigo 46, acrescentando, de relevante, o § 3º, *verbis*:

§ 3º O servidor que acumular lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários.

22. Para adentrarmos no polêmico tema da compatibilidade horária, vale citar a Portaria nº 145/11, da Secretaria de Saúde do DF,
C:\temp\664C2795.doc

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 24
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPT*

publicada no DODF de 12.8.2011, que dispõe sobre os horários de funcionamento das suas unidades assistenciais e administrativas, elaboração de escalas de serviços, distribuição de carga horária de trabalho e outras providências. Extraímos da norma alguns dispositivos que interessam à análise em foco:

Art. 3º A carga horária máxima e mínima semanal que o servidor cumprirá será:

I. Para os que cumprem carga horária de 40h (quarenta horas) será de 44h (quarenta e quatro horas) semanais a máxima e a mínima de 36h (trinta e seis horas);

II. Para os que cumprem carga horária de 30h (trinta horas) será de 36h (trinta e seis horas) semanais a máxima e a mínima de 24h (vinte e quatro horas);

III. Para os que cumprem carga horária de 24h (vinte e quatro horas) será de 30h (trinta horas) semanais a máxima e a mínima 18h (dezoito horas);

IV. Para os que cumprem carga horária de 20h (vinte horas) será de 24h (vinte e quatro horas) a máxima e a mínima 12h (doze horas).

(...)

Art. 7º Os horários de início e término da jornada de trabalho e dos intervalos de refeição e descanso, observado o interesse do serviço, deverão ser estabelecidos previamente e adequados à conveniência e às peculiaridades de cada unidade ou atividade, respeitado o horário de maior concentração do público, bem como a carga horária correspondente aos cargos.

§ 1º O intervalo para refeição e descanso não poderá ser inferior à 01 (uma) hora nem superior a 02 (duas) horas.

(...)

Art. 8º Nos serviços que exigem atividades contínuas de 24 (vinte e quatro) horas é facultada a adoção do regime de trabalho em escala de compensação, observada a jornada de trabalho à qual o servidor está sujeito, nas seguintes modalidades:

I. plantão diurno de 6h (seis horas) diárias será: das 7h às 13h (sete às treze horas) ou das 13h às 19h (treze às dezenove horas);

II. plantão diurno de 12h (doze horas) diárias será: das 7h às 19h (sete às dezenove horas);

III. plantão noturno de 12h (doze horas) diárias será: das 19h às 7h (dezenove às sete horas).

§ 1º Fica proibida adoção de regime de trabalho que implique em jornada ininterrupta superior a 12 (doze) horas de trabalho, nos termos das Decisões nº 210/2007 e 1231/2010-TCDF.

§ 2º O servidor que presta serviços em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 (doze) horas, deverá haver um

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 25
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

intervalo de, no mínimo, 6 (horas) horas entre uma jornada de trabalho e outra, ainda que possua mais de um vínculo.

§ 3º Quando da compensação de carga horária, deverá ser respeitado o limite máximo de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, nos termos do inciso XIII do art. 7º combinado com art. 39, § 3º, ambos da Constituição Federal de 1988.

Art. 9º Para a elaboração da escala de serviço, a chefia imediata deverá observar a carga horária semanal do servidor, efetuando a compensação das horas excedentes ou devidas, no prazo máximo de até duas semanas subsequentes, visando à adequação da respectiva jornada de trabalho.

(...)

Art. 10. O servidor que acumular lícitamente dois cargos efetivos na Secretaria de Estado de Saúde deverá cumprir a jornada de trabalho respectiva a cada cargo.

§ 1º. Quando lotado na mesma unidade, deverá ser observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre uma jornada e outra, exceto em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 (doze) horas.

§ 2º. Quando lotado em unidades diferentes, deverá ser observado o intervalo mínimo de 6 (seis) horas entre uma jornada e outra.

§ 3º O controle da situação funcional será de responsabilidade da chefia imediata, setoriais de pessoal e Núcleo de Registro e Movimentação ou unidade equivalente.

(...)

Art. 12. O servidor público que acumula lícitamente dois cargos efetivos, quando nomeado para um cargo comissionado, poderá optar:

(...)

Havendo compatibilidade de horários, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, e o servidor continuará exercendo as atividades do segundo vínculo, respeitado o **limite máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nos termos da Decisão nº 2.975-TCDF.** (grifos nossos)

23. Trazemos à colação outra norma da SES-DF, no caso a Portaria nº 31, de 2.3.2012, que fixa critérios complementares à implementação da Portaria nº 145/11 e disciplina o controle eletrônico de frequência dos servidores daquela unidade. O normativo instituiu Banco de Horas, não aplicável, contudo, aos servidores que exercem suas atividades em regime de plantão ou revezamento.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 26
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPT***DOCTRINA**

24. O sistema constitucional pátrio estabeleceu como regra a vedação à acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, excetuadas as hipóteses expressamente listadas no artigo 37, inciso XVI. Essas exceções condicionam-se à existência de compatibilidade horária, sendo restritas à ocupação simultânea de apenas dois cargos, empregos ou funções públicas.

25. Diogenes Gasparini destaca a necessidade da compatibilidade de horários, mesmo quando flexíveis, e observa que há incompatibilidade sempre que entre o término do horário de trabalho de um cargo, emprego ou função e o início de outro não houver tempo suficientemente grande para a locomoção de um para outro local de trabalho.

26. Para Ivan Barbosa Rigolin, qualquer acumulação de cargos, ainda que legalmente permitida, ficará sempre sujeita a comprovação de horários compatíveis, ou seja: *a de que o horário de um cargo não se sobrepõe nem interfere no horário de outro, permitindo ao servidor desempenhar ambos sem a necessidade de estar em dois lugares ao mesmo tempo, exercitando uma bilocação que muitos teólogos afirmam ser apanágio exclusivo de Santo Antônio, e não dos demais mortais.* Para o autor, fica claro que, *em se sobrepondo os horários de dois cargos públicos, um dos dois haverá necessariamente de ser lesado com o exercício cumulativo pelo mesmo servidor, o que constitui evidente e grave irregularidade, com necessária lesão ao erário. Sobre a questão da compatibilidade horária de servidor público, e muito coerentemente, assim já decidiu o TRF-5ª Região: 'É incompatível a jornada de trabalho de 40 horas semanais em acumulação com outros empregos onde a funcionária dá plantões noturnos de 12 horas. Com apenas duas horas para repouso noturno e alimentação, não se concebe a compatibilidade sem prejuízo da prestação do serviço. – Constatada a acumulação, cabe à administração decidir pela redução ou não da jornada de*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 27
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

trabalho, de acordo com o interesse do serviço' (MAS n. 1326-PB, 2ª Turma, DJ, 16-8-1991).

27. Thiago de Oliveira, em artigo intitulado "A acumulação de cargos, empregos e funções na área de saúde pública e o controle do Estado", ao discorrer sobre a compatibilidade de horários, suas causas e consequências, assim se manifesta: *"Reportamo-nos ao Professor Cretella Junior que, sem sombra de dúvidas, de maneira brilhante esclarece: 'Compatibilidade de horários, ao contrário do que parece, é o desencontro de horários, a inajustabilidade de horários, a desconcórdia ou não-encontro de horários, ocorrida quando houver possibilidade do exercício de dois cargos, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar das horas de trabalho dedicadas a cada emprego. A compatibilidade de horários deve ser natural, normal e nunca de maneira a favorecer os interesses de quem quer acumular, em prejuízo do bom funcionamento do serviço público'".*

28. Extraímos da obra Comentários à Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, de Daniel Machado da Rocha, os seguintes trechos:

Com efeito, está a norma a exigir a compatibilidade de horários, e não de jornada de trabalho, sendo conhecidos casos de servidores que, possuindo dois cargos em tese acumuláveis com jornada diária de 8 horas, alegam existir compatibilidade porque somadas resultariam em 16 horas, o que poderia ser trabalhado durante um dia, em suas 24 horas. Se é certo que tal alegação partia de alguns funcionários que acumulavam cargos sem o cumprimento do requisito constitucional, também correto é analisar interpretação análoga efetuada pela própria Administração Federal. Isto porque, mediante o Parecer GQ-145, da Advocacia-Geral da União, pretendeu o Poder Público estabelecer um parâmetro objetivo para a pretendida acumulação, considerando como o fator determinante, no entanto, a soma das respectivas jornadas de trabalho semanais!

Ocorre que não é esta a exigência legal de compatibilidade! O que deve ser respeitado é o horário de trabalho em qualquer dos cargos, ou seja, o horário de um não pode se sobrepor ou interferir no de outro, eis que reconhecidamente não poderá o servidor estar em ambos os


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
 Folha nº 28
 Processo nº 3979/13
 Rubrica: *MMPS*

lugares ao mesmo tempo, sendo claro que, havendo superposição de horários, um dos dois cargos estará sendo exercido de modo lesivo ao Erário.

(...)

Como era de se esperar, os Pretórios têm reiteradamente refutado tal pretensão, sendo exemplo disto recente julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – invocando aliás precedente do Supremo Tribunal Federal – no qual a servidora tinha um cargo de 40 horas semanais com trabalho diário (8 horas, portanto), cumuladamente com outro no qual realizava plantões noturnos de 12 horas com 48 horas de descanso!⁴ Evidente que, embora aparentemente cumulação de tal monta se mostre na prática penosa para o servidor – o que não lhe retira os deveres funcionais sobretudo de eficiência, zelo, assiduidade e pontualidade – , não se há de determinar novo requisito constitucional àquela cumulação, devendo ser consideradas as peculiaridades de cada cargo, como refere julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.⁵

⁴ ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. DEMISSÃO. VERIFICAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. MERA APLICAÇÃO DO PARECER AGU GQ-145. VIOLAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO, PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. (...) 2. No caso concreto, a servidora possuía uma jornada de 40 horas semanais, num cargo, combinada com plantões noturnos de 12 horas de trabalho, por 48 horas de descanso, noutro cargo, sem sobreposição de horários. A administração entendeu que a simples totalização semanal de 72 horas e meia, por si, configura a ilegal cumulação. 3. Os Tribunais Regionais Federais possuem jurisprudência assentada de que o Parecer AGU GQ-145, de 30.8.1998, não assenta em força normativa a autorizar a aplicação de demissão por acumulação ilegal de cargos. Diversos precedentes do TRF-1, TRF-2, TRF-3 e TRF-4. 4. Anote-se que a observância à jurisprudência dos tribunais de origem se justifica, porquanto o STJ possui a função central de evitar discrepâncias notórias quanto ao modo de aplicar o direito entre os tribunais da federação. Esse cariz uniformizador das construções pretorianas federais evita desvios hermenêuticos entre plexos jurisdicionais de diferentes estados ou regiões da União, coibindo que o direito dos cidadãos seja aplicado de forma incoerente. 5. O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inclusive, já se deparou com situações idênticas à que é encontrada nos autos, nas quais não acolheu que a existência de carga horária semanal de 72 horas e meia, por si, seja autorizadora de similar demissão por violação ao art. 118, da Lei n. 8.112/90. Precedentes do TRF-2. 6 O Supremo Tribunal Federal examinou a matéria e negou provimento ao recurso extraordinário, do Estado do Rio de Janeiro, que produziu Decreto similar ao Parecer AGU GQ-145, de 3.8.1998, considerando a regulamentação como violadora, aduzindo ser "regra não prevista" e "verdadeira norma autônoma " Precedente: Recurso Extraordinário 351.905, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 24.5.2005, publicado no Diário da Justiça de 1º.7.2005, p. 88, Ementário vol. 2.198-05, p. 831, republicação no Diário da Justiça de 9.9.2005, p. 63, publicado na LEX-STF, v. 27, n. 322, 2005, p. 299-303. 7. O diríto líquido e certo da impetrante decorre de que a Constituição Federal permite a acumulação de dois cargos na área de saúde (art. 37, XVI, da CF; art. 118, da Lei n. 8.112/90) e, assim, cumpre à Administração Pública comprovar a existência de incompatibilidade de horários em cada caso específico, não bastando tão somente cotejar o somatório de horas, com o padrão derivado de um parecer ou, mesmo de um Decreto. Segurança concedida. (MS nº 15415/DF, 1ª Seção, Relator o Exmo. Sr. Ministro Humberto Martins, DJe 4/5/2011).

⁵ ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. UNIVERSIDADE. ACÚMULO DE CARGOS.(...) A utilização da expressão "compatibilidade de horários", de que se vale tanto a Constituição quanto a Lei Estatutária, evidentemente não se confunde com a expressão "compatibilidade de cargas horárias", certo que o móvel do constituinte e legislador foi, consideradas as particularidades de determinadas categorias que, por Lei, diga-se, são agraciadas com jornadas especiais de trabalho, permitir ao público valham-se de profissionais qualificados e dispostos, em razão da jornada no mais das vezes reduzida, prestar o serviço ao público em mais de uma instituição pública. O que se pode inferir do quadro legal é a efetiva consideração quanto aos aspectos envolventes da jornada do servidor, esta entendida como o número de horas de prestação diária de serviço público, certo que a discussão quanto às cargas horárias, geralmente fixadas como semanais, não é variável aceita na discussão legal.


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
 Folha nº 29
 Processo nº 3979/13
 Rubrica: *MMPS*

29. A Advocacia-Geral da União, em parecer proferido pelo Advogado da União João Pereira de Andrade Filho nos autos do Processo nº 35069.000923/2010-31 (PARECER Nº 0075-3.20/2011/JPA/CONJUR/MP), abordou o tema de forma didática, motivo por que transcreveremos trecho do opinativo:

8. Conforme se vê, nem a CRFB/88 e tampouco a Lei nº 8.112/90 cuidaram de fixar um limite máximo de tempo para a jornada de trabalho de servidores que acumulam lícitamente cargos públicos. Tal não significa dizer, por óbvias razões, que estariam autorizadas jornadas demesuradas, sem qualquer limitação temporal.

9. A propósito da questão atinente à inexistência de limitação legal da jornada de trabalho de servidores em regime de acumulação de cargos, a Advocacia-Geral da União – AGU, órgão a quem a Constituição Federal confiou a tarefa de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, exarou substancial Parecer (Parecer nº GQ – 145, que adotou, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o PARECER Nº AGU/WM-9/98, de 16 de março de 1998, da lavra do Consultor da União, Dr. WILSON TELES DE MACÊDO), no qual foram abordados alguns pontos controvertidos a respeito do tema.

10. No que interessa ao caso tratado nestes autos, convém dizer que o citado parecer vinculante sustentou que, embora inexista expressa disposição constitucional ou legal que imponha um limite de horas à jornada de trabalho do servidor sujeito a regime de acumulação, existiriam limitações implícitas, decorrentes da necessidade de se ofertar aos agentes públicos condições dignas para o exercício das

O excesso de carga horária, consideradas as horas semanais, devem ser apuradas individualmente, em relação a cada servidor que cumular horário, e agora com atenção à natureza do serviço, estrutura pertinente e as inúmeras variáveis que entendem com o resultado da atuação do profissional, o que, sem dúvida, poderá acarretar infração disciplinar do servidor que, a despeito de cumular legalmente cargos, venha a desempenhá-los, ou apenas um deles, de maneira absolutamente insatisfatória. Tais situações individuais se apura em processo administrativo próprio, valendo notar que no caso não se apontou qualquer infração desta ordem para a impetrante. A tentativa da administração federal, por ato normativo, de disciplinar a questão fixando um limite de oitenta horas semanais nos casos de cumulação de cargos ou empregos, evidentemente é fadada ao insucesso. O caráter normativo, geral, embora possa servir como mera orientação geral, tanto que para o caso decorreu de mero parecer, não vinculante sequer da própria administração, não cria direitos, pois embora identifique-se o ato normativo com a Lei no que se refere ao atributo generalidade, dele muito se distingue quando se concentra no ponto de diferenciação próprio às funções administrativa e legislativa, qual seja, o de inovar a ordem jurídica. Mesmo que o Parecer GQ 145 não fosse mero parecer, mas verdadeira Lei, ainda assim a impetrante não o estaria infringindo, eis que, somadas as cargas horárias, perfaz o número de 70 horas semanais, ao tempo em que o parecer exigiria oitenta horas semanais. 2. Precedentes. 3. Apelação e remessa oficial desprovidas. Agravo retido não conhecido. (TRF4, APELREEX 0005611-98.2009.404.7200/SC, Terceira Turma, Relator Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, DE 5/5/2010).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 30
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

funções que lhe são legalmente cometidas, bem como para lhes proporcionar tempo e condições de convívio social.

11. Dessa forma, o Parecer nº GQ nº 145 sustentou a aplicação analógica de algumas disposições normativas de índole protetiva previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, sobretudo aquela que impõe a necessidade de observar-se um intervalo interjornadas de, no mínimo, 11 (onze) horas.

12. Neste sentido, impende destacar os seguintes excertos do Parecer nº GQ 145, *in verbis*:

14. *O princípio da proibição da acumulação de cargos e empregos, inclusive com a ressalva destacada acima, tem por escopo o primado da coisa pública. As exceções estabelecidas não objetivam "privilegiar gratuitamente ou diferenciar pessoas de forma desarrazoada. Não é em seu proveito que se permitem casos de acumulação. Não é para que um servidor passe a ser mais poderoso ou mais afortunado" (Comentários à Constituição do Brasil, Celso Ribeiro Bastos, São Paulo: Saraiva, 1992, 3º vol, tomo III, p. 123).*

15. *De maneira consentânea com o interesse público e do próprio servidor, a compatibilidade horária deve ser considerada como condição limitativa do direito subjetivo constitucional de acumular e irrestrita sua noção exclusivamente à possibilidade do desempenho de dois cargos ou empregos com observância dos respectivos horários, no tocante unicamente ao início e término dos expedientes do pessoal em regime de acumulação, de modo a não se abstrair dos intervalos de repouso, fundamentais ao regular exercício das atribuições e do desenvolvimento e à preservação da higidez física e mental do servidor. É opinião de Cretella Júnior que essa compatibilidade "deve ser natural, normal e nunca de maneira a favorecer os interesses de quem quer acumular, em prejuízo do bom funcionamento do serviço público"(Op. cit.).*

[..] omissis

18. *Condições tais de trabalho seriam até mesmo incompatíveis com o fim colimado pela disciplina trabalhista, ao estatuir o repouso de onze horas, no mínimo, entre duas jornadas: este tem o fito de salvaguardar a integridade física e mental do empregado e a eficiência laborativa, intenção que, obviamente, não foi desautorizada pelo constituinte na oportunidade em que excepcionou a regra proibitiva da acumulação de cargos, até mesmo porque estendeu aos servidores públicos as normas trabalhistas sobre o repouso, contidas nos itens XIII e XV do art. 7º, a teor do art. 39, § 2º, ambos da Carta Federal.*

[..]

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 31
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPT*

24. Tem-se como ilícita a acumulação de cargos ou empregos em razão da qual o servidor ficaria submetido a dois regimes de quarenta horas semanais, considerados isoladamente, pois não há possibilidade fática de harmonização dos horários, de maneira a permitir condições normais de trabalho e de vida do servidor. (grifos aditados)

25. Do quanto se vem de aludir, tem-se que (...):

- a) inexistente, na Constituição Federal e na legislação federal de regência, vedação à acumulação de cargos públicos em entidades ou órgãos situados em unidades distintas da Federação;
- b) por força da norma de extensão prevista no §3º, do art. 39 da Carta Política, é obrigatória a observância dos comandos normativos previstos no artigo 7º da CRFB/88, notadamente a garantia do repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos (inciso XV) e a garantia de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (inciso XXII);
- c) é obrigatória a observação de intervalo mínimo entre jornadas, nos termos do parágrafo 18 do Parecer nº GQ – 145, vinculante para toda a Administração Pública Federal, consoante prescrição do art. 40, §1º, da Lei Complementar nº 73/93.

30. Em artigo publicado na Revista Fórum Administrativo com o título “A Demonstração de Compatibilidade de Horários no Serviço Público como Requisito à Acumulação de Cargos e Empregos Públicos de Natureza Efetiva”, o Procurador Municipal de Belo Horizonte, Lívio Sergio Lopes Leandro, assim discorre:

O ser humano necessita de um intervalo de descanso suficiente para o devido repouso, a alimentação e a locomoção. A ausência deste pode causar danos ao servidor e ao serviço público por ele prestado.

(...)

Diversos estudos já comprovaram a necessidade do sono, do repouso, da alimentação adequada como fontes de equilíbrio e saúde para o ser humano. Tais intervalos para repouso e alimentação são fundamentais à preservação da rigidez física e mental do servidor. Além disso, a atuação da Administração Pública tem como corolários princípios constitucionais insculpidos no art. 37, caput, da Carta Magna, são eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Portanto, os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União devem oferecer serviços com presteza, qualidade e perfeição, que visa o primado do interesse público e o bem-estar da coletividade.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 32
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

31. Segundo a advogada mineira Juliana Aschar, da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, em artigo intitulado “Acumulação de cargos públicos, funções ou empregos no âmbito da Administração Pública”⁶:

De se observar que, não encontramos de forma explícita em nossa Constituição Federal como será auferida a compatibilidade de horários, o que torna, conforme dissemos, imprescindível a nós, operadores do direito, definirmos como se dará esta compatibilidade.

Dessa forma, aplicar-se-á, por força do disposto no art. 39, § 3º da Constituição Federal, tendo como justificativa a igualdade social, aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX; sendo, portanto, necessário que se observe a carga horária de cada cargo, para que a Administração Pública pautе sua conduta na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sob pena de embaçar a norma constitucional, fazendo com que os serviços sejam oferecidos serviços sem qualidade, sem perfeição e sem presteza, ocasionando danos irreversíveis ao primado do interesse público e o bem-estar da coletividade.

A acumulação que não esteja compatível com os dispositivos constitucionais é tida como irregular ou ilícita, viola a ordem constitucional, a lealdade às instituições e os princípios, proibições e deveres aos quais os servidores estão submetidos.

A despeito disso, antes da instauração do processo administrativo disciplinar, é dado ao servidor o direito de opção tempestiva por um dos cargos. Tão logo seja declarada a ilicitude da acumulação, o servidor terá um prazo para optar por um dos vínculos, solicitando exoneração, dispensa ou rescisão contratual do outro que ocupar, o que caracteriza sua boa-fé, evitando-se, assim, a instauração do processo disciplinar.

Portanto, embora a acumulação de cargos públicos seja proibida pela Constituição Federal, e seja, ainda, causa ensejadora da aplicação da penalidade de demissão do cargo, o processo disciplinar somente poderá ser instaurado depois de ter sido oferecida ao servidor a oportunidade de optar por um dos cargos, e somente nos casos de o servidor não fazer a opção ou de interpor recurso, o processo poderá ser iniciado, restando, em tese, configurada sua má-fé.

32. Ainda que não tão rica, a doutrina aqui citada encampa a ideia da compatibilidade de horários no exercício cumulativo de cargos, empregos

⁶ http://www.controladoriageral.mg.gov.br/component/docman/cat_view/3608-artigos-e-monografias

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 33
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

ou funções públicas, desde que resguardados aspectos inerentes à boa relação administração-administrado, vinculados à preservação da saúde do servidor e à eficiente prestação do serviço público, com o regular cumprimento do horário de trabalho e o devido desempenho das atribuições funcionais. Não se defende a fixação de um número limite de horas para a jornada semanal.

JURISPRUDÊNCIA

33. O Tribunal de Contas da União entendia, majoritariamente, ser ilegal a acumulação de cargos, empregos ou funções públicas com carga horária total superior a 60 horas semanais, eis que estaria em desacordo com a CF, art. 37, XVI, Lei nº 8.112/90, arts. 13, 118 e 143, e Parecer AGU-GQ-145, de 16.3.1998 (Acórdãos de nºs 533/2003, 155/2005, 933/2005 e 2133/2005, da 1ª Câmara, Acórdão nº 975/2006, do Plenário, e nº 6163/2012, da 2ª Câmara).

34. Observa-se que o TCU tolerou jornadas de trabalho superiores a 60 horas semanais ainda em 2011 (Acórdão nº 1338/2011 – Plenário). A partir desse julgamento, a Corte passou a exigir a comprovação, não só da compatibilidade de horários, como também de que a acumulação ocorria isenta de prejuízo no exercício das atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados.

35. Na sequência, foi aprovado o Acórdão nº 1168/2012 – TCU-Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, de cujo enriquecedor voto se transcrevem os parágrafos a seguir:

14. Obviamente que jornadas excessivas não conduzem ao exercício apropriado das atividades tampouco propiciam uma vida com qualidade, sendo temerário, outrossim, que elas se valham a suprir carências estruturais ou ser instrumento de compensação para distorções salariais.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 34
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPT*

15. Nesse particular, vale ressaltar que a acumulação admitida na Constituição envolve necessariamente duas áreas estratégicas para o país - a educação e a saúde (...).

18. Mais atenção ainda deve ser direcionada à acumulação na área de saúde, já que muitas vezes os profissionais trabalham em regime de plantão, tornando-se intrincada a tarefa de delimitar o tempo não laboral mínimo que não comprometa o exercício das atividades. Se tomarmos como exemplo um regime de 12/36 horas, há que se considerar que boa parte dessas 36 horas de folga sejam destinadas ao descanso, necessário ao completo restabelecimento de um trabalho exaustivo e ininterrupto de 12 horas. Não me parece razoável que pouco tempo depois de cumprir uma jornada dessa natureza esse profissional seja considerado plenamente apto a exercer outra função.

19. Cotidianamente, tem-se conhecimento pela mídia de erros graves cometidos por profissionais, mesmo experientes, da área de saúde, cujas causas têm sido associadas ao excesso de horas trabalhadas. Por óbvio, o setor público, nesses casos, é ainda mais vulnerável.

20. Tenho para mim que a simples verificação de assiduidade e pontualidade, ainda que requisitos básicos para o exercício apropriado de qualquer atividade, não é suficiente para assegurar a qualidade do serviço, podendo camuflar quadros de exaustão física, que podem, no caso do setor de saúde, serem somente identificados quando da constatação de equívocos irreversíveis.

34. Embora pessoalmente também defenda esse limite de jornada total, não me oponho ao encaminhamento proposto pela unidade técnica, levando-se em conta o posicionamento mais recente desta Corte sobre o tema. Considero necessário, contudo, que a decisão pela litude da acumulação, mesmo com jornada total superior a 60 horas, além de inserida no processo respectivo, esteja fundamentada devidamente e acompanhada da documentação comprobatória pertinente.

35. Entendo necessária, ainda, a indicação, no mesmo processo e de forma expressa, do responsável pela decisão tomada, que poderá eventualmente vir a responder por omissão ou negligência, caso comprovada violação aos princípios que regem a administração pública. Adotadas tais medidas, a Secex/TO, poderá, em futuras fiscalizações, avaliar os procedimentos levados a efeito no âmbito das entidades.

36. De outra parte, ante a inexistência de lei disciplinando a questão da limitação da jornada e da compatibilidade de horários, reputo como imprescindível o encaminhamento da deliberação que vier a ser prolatada, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentarem, ao Congresso Nacional e à Casa Civil da Presidência da República, para conhecimento e adoção das providências que entenderem convenientes."

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 35
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

12. E, mais recentemente, vimos confirmada aqui essa nova interpretação da Corte de Contas, quando foi aprovado o Acórdão nº 1.397/2012-TCU-Plenário, com idêntica solução proposta pelo relator, Ministro José Jorge, ou seja, é possível o reconhecimento da licitude da acumulação com jornadas de trabalho superiores a 60 horas semanais, desde que devidamente comprovadas a compatibilidade de horários e a ausência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados.

13. Portanto, ressaltado o encaminhamento para esse tópico por último examinado (jornadas de trabalho superiores ao limite de 60 horas semanais), que exige o mesmo tratamento conferido pelos Acórdãos nºs 1.338/2011-TCU-Plenário, 1.168/2012-TCU-Plenário e 1.397/2012-TCU-Plenário, acolho o parecer da unidade técnica, pelos seus fundamentos.

36. Conforme publicado no último Boletim de Pessoal (maio de 2013), o TCU continua reconhecendo a licitude da acumulação com jornada de trabalho total superior a sessenta horas semanais, desde que devidamente comprovadas a compatibilidade de horários e a ausência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados. Transcreve-se, nas linhas seguintes, ementa do Acórdão nº 1008/2013 – Plenário (Processo nº 015.642/2011-9, de relato do Ministro Valmir Campelo).

AUDITORIA DE CONFORMIDADE. INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS. INCUMBÊNCIAS INACUMULÁVEIS. INFRINGÊNCIA AO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. DETERMINAÇÃO VISANDO À APURAÇÃO E SUBSEQUENTE REGULARIZAÇÃO DA PRÁTICA EM TELA, SE FOR O CASO. JORNADAS DE TRABALHO SUPERIORES A 60 HORAS SEMANAIS. NOVO ENTENDIMENTO DO TCU A RESPEITO DESSE ASPECTO PARTICULAR DA ACUMULAÇÃO. RECONHECIMENTO DA LICITUDE DO PROCEDIMENTO, DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADAS A COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS E A AUSÊNCIA DE PREJUÍZO ÀS ATIVIDADES EXERCIDAS EM CADA UM DOS CARGOS ACUMULADOS. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA AOS ÓRGÃOS INTERESSADOS.

Nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado para apresentar opção, no prazo improrrogável de dez dias, devendo a autoridade competente, na hipótese de omissão, adotar procedimento sumário para a apuração e regularização imediata da situação.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 36
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

37. No âmbito do Poder Judiciário, fizemos um apanhado da jurisprudência e traremos à colação alguns julgados dos principais tribunais.

38. Conforme comentado nos parágrafos nono e décimo, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios rechaça a possibilidade de limitação da carga horária semanal para fins de compatibilidade horária e faz crítica à Decisão nº 2975/08, do TCDF. Apenas para atualizar, informa-se que a Corte de Justiça local mantém o entendimento de ser lícita a acumulação de dois cargos, desde que comprovada a compatibilidade de horários e que os cargos sejam acumuláveis, não havendo fomento jurídico na tese de que seria ilegal por extrapolar 60 horas semanais (Processos de nºs 2013.00.2.003403-8 AGI, 2011.01.1.016837-4 APO e 2010.01.1.223076-3 APO, todos julgados em 15.5.2013).

39. O Tribunal Superior do Trabalho, no bojo do Recurso de Revista nº 76300-34.2009.5.04.0007, decidiu pela inviabilidade de exercício de dois cargos com jornada semanal cumulada de 72 horas, constando da ementa do respectivo acórdão que o requisito constitucional da compatibilidade horária não deve ser interpretado meramente com base na colisão de horários, devendo ser considerada, também, a possibilidade efetiva de cumprimento de jornada, sem prejuízo ao desempenho do cargo ou à saúde do trabalhador.

40. Encontramos decisões do Tribunal Regional Federal que, inicialmente, entendeu ser razoável a limitação da jornada de trabalho semanal, no intuito de assegurar o descanso necessário ao servidor e a qualidade do serviço por ele prestado. Ultimamente, tem decidido na linha da compatibilidade horária independente de limitação de carga horária, a teor dos julgados abaixo transcritos em ordem cronológica.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS
DE PROFESSOR. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. POSSIBILIDADE.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 37
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

1. A compatibilidade de horários, prevista como requisito para a possibilidade de acumulação de dois cargos públicos de professor no art. 37, XVI, da CF/88, não deve ser entendida, apenas, como a ausência de choque entre as jornadas de trabalho.
2. É legal a limitação da carga horária semanal permitida, tendo em vista que o ser humano necessita de um intervalo de descanso suficiente para o devido repouso, a alimentação e a locomoção, sob pena de causar danos a ele próprio e ao serviço desempenhado.
3. Hipótese em que o impetrante foi notificado para optar por um dos cargos de magistério por ele exercido, uma vez que, somados, demandam mais de 60 horas de trabalho semanal.
4. Apelação improvida."

(TRF 5 - AMS 80828 - SE - 2ª T. - Rel. Des. Fed. Paulo Roberto de Oliveira Lima - *DJU*, 01.04.2004, p. 297)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SERVIDOR PÚBLICO - ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS - CARGA HORÁRIA SEMANAL QUE ATINGE 70 HORAS TRABALHADAS - COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS COMPROVADA - PARECER QG 145 DA AGU - RESTRIÇÕES QUE NÃO SE APLICAM NO CASO - AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

1. A acumulação de cargos públicos decorre diretamente da Constituição, que expressamente a prevê em seu artigo 37, inciso XVI, alínea 'c', com a redação que lhe foi dada pela emenda nº 34/2001, a possibilidade de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissional da área de saúde, desde que a profissão seja regulamentada, sendo que a única ressalva existente na norma constitucional para tal acumulação se refere à compatibilidade de horários.
2. Nem a Constituição, nem a Lei 8112/90, ao tratar da matéria em seus artigos 118 a 120, ressalvam a impossibilidade de acumulação de cargos em razão da carga horária semanal.
3. O parecer QG 145 da Advocacia-Geral da União, que restringe a acumulação de cargos quando o regime de trabalho perfaça o total de oitenta horas semanais cuida simplesmente de um ato administrativo elevado à condição de Decreto com base no Poder Normativo inerente ao Presidente da República, e não tem aplicação ao caso porquanto não é essa a situação da agravada pois suas atividades perfazem o total de 70 horas semanais, divididas entre o Hospital Universitário (40 horas semanais) e o Tribunal de Justiça (30 horas semanais).
4. Caracterizada a compatibilidade de horários entre os cargos ocupados pela agravada, não se entreve qualquer ilegalidade aparente a ensejar a reforma da interlocutória recorrida.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 38
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

5. Agravo de instrumento improvido. Agravo regimental prejudicado.

(TRF3 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 178706: AG 24246 MS
2003.03.00.024246-8, Publicação: DJU DATA: 16/03/2005 Página: 288)

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO.
ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DA SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE
HORÁRIOS. POSSIBILIDADE.

1. A Constituição Federal, no art. 37, inciso XVI, "c", autoriza expressamente a acumulação remunerada de cargos públicos ou empregos privativos de profissionais da saúde, desde que haja compatibilidade de horários.

2. Cumpre destacar que o Supremo Tribunal já se manifestou sobre o tema, no julgado RE 351.905/RJ, da relatoria da Ministra Ellen Gracie, onde teve a oportunidade de deixar consignado que o Executivo não pode, sob o pretexto de regulamentar dispositivo constitucional, criar regra não prevista, fixando verdadeira norma autônoma. Com efeito, ainda que a carga horária semanal dos dois cargos seja superior ao limite previsto no parecer da AGU, o STF assegurou o exercício cumulativo de ambos os cargos públicos.

3. Apelação e remessa oficial improvidas.

(TRF1, AC 2003.35.00.011907-6/GO, Primeira Turma, Relator Carlos Olavo, Publicação: 18/12/2009 e-DJF1, p. 266)

41. No Superior Tribunal de Justiça, encontramos julgado de 2005 que destacou que a comprovação efetiva da compatibilidade de horários não deve se limitar apenas à combinação objetiva das horas de trabalho do servidor em ambos os cargos, sendo necessário ficar claro que a dupla jornada não afetará sua saúde física e emocional, de forma a inviabilizar a execução de suas funções com a necessária eficiência que dele se espera (RMS nº 17.089/MA, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJU de 1.7.2005, p. 563).

42. Não obstante, observa-se de julgados mais recentes que, quando do exame da tão falada compatibilidade horária, o STJ não vem se pautando pelos critérios objetivos inicialmente fixados pelo TCU e pelo Parecer AGU GQ-145/98. Senão, vejamos:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 39
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPT*

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. MÉDICO. ART. 37, XVI, 'C', DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E § 2º, DO ART. 118 DA LEI N. 8112/90. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. DEMISSÃO EFETIVADA SOMENTE PELOS TERMOS DO PARECER GQ-145/1998, DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE PROVADA NOS AUTOS. PRECEDENTE NO STJ E NO STF.

(...)

4. Ficou comprovado nos autos que o impetrante, apesar de possuir carga horária semanal maior do que 60 (sessenta) horas, laborava aos finais de semana e em regime de plantão, por meio de sobreaviso; desta forma, a comissão pode confirmar que a compatibilidade, tornava lícita a acumulação; o Parecer da Consultoria Jurídica deu entendimento diverso aos fatos, para que fossem amoldados aos termos do Parecer GQ-145, da AGU, sob o argumento do mesmo ser vinculante, o que, no caso concreto, não é cabível.

5. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que não é possível obstar o direito à acumulação de cargos prevista na Constituição Federal e na Lei aplicável, tão somente pelo cotejamento da carga horária semanal, com os termos de um Parecer. Precedente: MS 15.415/DF, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 4.5.2011.

6. O Supremo Tribunal Federal examinou a matéria e negou provimento ao recurso extraordinário, do Estado do Rio de Janeiro, que produziu Decreto similar ao Parecer AGU GQ-145, de 3.8.1998, considerando a regulamentação como violadora, aduzindo ser "regra não prevista" e "verdadeira norma autônoma" Precedente: Recurso Extraordinário 351.905, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 24.5.2005, publicado no Diário da Justiça de 1º.7.2005, p. 88, Ementário vol. 2.198-05, p. 831, republicação no Diário da Justiça de 9.9.2005, p. 63, publicado na LEX-STF, v. 27, n. 322, 2005, p. 299-303.

Segurança concedida.

(MS 15663/DF, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 3.4.2012).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DA LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL COM A MERA APLICAÇÃO DO ACÓRDÃO 2.133/2005 DO TCU. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS A SER AFERIDA EM AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO. VIOLAÇÃO DO DIREITO SUBJETIVO PREVISTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NO ART. 118, § 2º, DA LEI 8.112/90. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL QUE LIMITE A CARGA HORÁRIA, DIÁRIA OU SEMANAL. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM A


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
 Folha nº 40
 Processo nº 3979/13
 Rubrica: *MMPS*

JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INÚMEROS PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. O art. 37, XVI da Constituição Federal, bem como o art. 118, § 2o. da Lei 8.112/90, somente condicionam a acumulação lícita de cargos à compatibilidade de horários, não havendo qualquer previsão que limite a carga horária máxima desempenhada, diária ou semanal.
2. Dessa forma, estando comprovada a compatibilidade de horários, não há que se falar em limitação da carga horária máxima permitida. Precedentes desta Corte.
3. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido.
 (AgRg no AREsp 291919/RJ, 2013/0026026-5, T1 - PRIMEIRA TURMA, DJe 6.5.2013)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. POSSIBILIDADE. SOBREPOSIÇÃO DE HORÁRIOS. NÃO OCORRÊNCIA. CARGA HORÁRIA TOTAL SEMANAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA) HORAS. IRRELEVÂNCIA. PARECER AGU GQ-145/1998. FORÇA NORMATIVA. AUSÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. "A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de afastar o Parecer AGU GQ-145/1998, no que tange à limitação da carga horária máxima permitida nos casos em que há acumulação de cargos, na medida em que o referido ato não possui força normativa para regular a matéria" (AgRg no REsp 1.168.979/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, Sexta Turma, DJe 14/12/12).
2. Mandado de segurança concedido. Custas ex lege. Sem condenação em honorários advocatícios.
 (MS 19776/RJ, 2013/0041179-0, S1 – PRIMEIRA SEÇÃO, DJ e 18.4.2013)

43. Por fim, o Excelso Pretório, alinhado à jurisprudência que se firma nos demais tribunais, também rejeita a possibilidade de imposição de limite à jornada semanal dos servidores que acumulam cargos, a exemplo do RE nº 351.905/RJ, de relato da Ministra Ellen Gracie, já citado na presente instrução, e do RE nº 633.298–AgR/MG, de relato do Ministro Ricardo Lewandowski, cuja ementa se transcreve a seguir.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. EXISTÊNCIA DE NORMA INFRACONSTITUCIONAL QUE LIMITA A JORNADA SEMANAL DOS CARGOS A SEREM ACUMULADOS. PREVISÃO QUE NÃO PODE SER OPOSTA COMO IMPEDITIVA AO RECONHECIMENTO DO DIREITO À

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 41
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

ACUMULAÇÃO. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

I - A existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, XVI, c, da Constituição, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício dos cargos a serem acumulados.

II – Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido quanto à compatibilidade de horários entre os cargos a serem acumulados, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 do STF.

III - Agravo regimental improvido.

44. Conclui-se, do exposto, que há unicidade no entendimento jurisprudencial pátrio no sentido de refutar a imposição de limite à jornada de trabalho semanal do servidor público que acumula cargo, devendo ser considerada a possibilidade efetiva de cumprimento de jornada, sem prejuízo ao desempenho do cargo ou à saúde do trabalhador.

ANÁLISE

45. Do quanto visto no estudo ora em elaboração, não existe um limite objetivo inexorável para atestar o cumprimento do “bendito” requisito da compatibilidade horária na acumulação de cargos públicos. É inquestionável a subjetividade desse limite que, muito além da simples soma aritmética das jornadas cumpridas em cada cargo, exige o cômputo dos períodos de deslocamento entre um e outro posto de trabalho, de alimentação, descanso e lazer, sem que se adentre na individualidade de cada ser, que pode suportar um maior ou menor esforço na realização de seus afazeres.

46. Em tempos atuais, nota-se um crescente incremento das patologias de pessoas assoberbadas em suas rotinas laborais, familiares e sociais, que realizam diversas tarefas simultâneas, sem tempo adequado para

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 42
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

cada uma delas. Esse quadro de estresse e até mesmo de fadiga patológica afeta o sistema imunológico e expõe o indivíduo a doenças – físicas e psíquicas –, insatisfações, inclusive com o trabalho, baixa produtividade, absenteísmo e erros. Vale lembrar que, na área da saúde, onde se adota regime de plantões extensos, um mero equívoco pode resultar em dano irreparável ao bem supremo, que se traduz na *vida* humana.

47. Sabe-se da existência de casos absurdos abordados nesta DIADM em que a jornada laboral acumulada chegou a somar 80 horas semanais trabalhadas ao longo dos sete dias da semana, em estabelecimento situado até em outro Estado da federação! Inere-se a impossibilidade, jurídica, física e lógica, do reconhecimento de tal situação fática, sem se olvidar que é a própria Carta Magna que assegura, no art. 6º, logo após o direito ao trabalho, o direito ao lazer, de forma que o exercício daquele não impeça a fruição deste.

48. Oportuno comentar que o TJDF, no bojo do MS nº 2007.01.1.107388-3, assegurou ao servidor o cumprimento de dupla jornada de 40 horas (total de 80 horas semanais), adentrando estritamente na impossibilidade de fixação de limite máximo da carga semanal. Pelo princípio da jurisdição una, transitada em julgado a decisão judicial, nada mais há que se fazer além de dar-lhe cumprimento, de sorte que restou inócua a resistência da Administração em considerar lícita tal situação de acúmulo. Assim como a SES/DF, o TCDF também entendeu não ser razoável o cumprimento de tão pesada jornada semanal.

49. Por oportuno, transcreve-se a seguir trecho de recente despacho exarado pelo titular da DIAPES–SEFIPE, no bojo do já citado Processo nº 3442/12:

O trabalho desenvolvido nos presentes autos buscou evidenciar a incompatibilidade do regramento insculpido no inciso XVI do artigo 37 da CRFB com jornadas de trabalho acumuladas que perfazem 80 (oitenta) horas semanais, em que pese a inexistência de norma legal

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 43
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

que estabeleça limitação de carga horária para os servidores do Distrito Federal.

2. Ainda assim, releva assinalar que jornadas de 80 (oitenta) horas semanais, ou mais, eram exigidas de operários nos primórdios da revolução industrial, quando não havia qualquer legislação protetiva da saúde e do bem estar dos trabalhadores. Somente após a 1ª Guerra Mundial, com a intensificação dos movimentos sindicais, foram editadas as primeiras leis voltadas à regulação das jornadas de trabalho, com estabelecimento de períodos mínimos para descanso, alimentação e lazer.

3. Observa-se, no caso vertente, processo inverso: o sindicato dos servidores da carreira Médica socorreu-se do poder judiciário para inviabilizar uma deliberação desta c. Corte que objetivou estabelecer um limite máximo e razoável para a duração da jornada semanal de trabalho, em prol dos próprios sindicalizados e, principalmente, da população por eles atendida.

4. Não fossem os interessados profissionais da área da saúde, seria importante ressaltar que o trabalho em longas jornadas, físico ou mental, traz consequências danosas para a fisiologia humana, como stress, fadiga, insônia, redução da imunidade, entre outras. Como laboram na área, tal alerta por parte do Tribunal é, s.m.j., inócuo.

5. Contudo, cabe ao e. Plenário um papel fundamental no zelo pelo bem estar da população do Distrito Federal que, eventualmente, será atendida nos hospitais públicos pelos profissionais que optaram trabalhar 80 (oitenta) horas semanais, em face do desgaste físico que sofrem cotidianamente.

(...)

7. O fato é que o desempenho profissional dos servidores que laboram em jornadas extensas deve ser monitorado de forma criteriosa e contínua, tanto para evitar ocorrências que impliquem risco à sociedade ou à administração pública como para evitar abusos no cumprimento das escalas de trabalho, conforme restou nacionalmente evidenciado na fraude envolvendo médicos da Prefeitura de Ferraz de Vasconcelos/SP, que utilizavam “dedos de silicone” para registro de ponto eletrônico.

8. É notório que o sistema de saúde pública distrital carece de mais médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, entre outros cargos especializados. Mas a conclusão que se chega na análise do feito em apreço é que tal carência não pode e não deve ser suprida com a ampliação excessiva da jornada de trabalho desses profissionais.

50. Há dois prismas a serem encarados na verificação da compatibilidade de horários. Primeiro, há de prevalecer o bom senso para que o interesse particular do administrado não sobressaia, pois a má qualidade na prestação de seu serviço esbarra em flagrante inconstitucionalidade, por

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 44
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

afronta ao princípio da eficiência previsto no *caput* do art. 37 da CF; e aqui há de ser considerado o interesse da Administração em ter seus servidores plenamente aptos a desenvolver seu mister, com exação, colaborando para a desejável prestação de serviços públicos de qualidade. Segundo, não deve ser depreciada a condição existencial do ser humano, aqui refletida no repouso não reparador, na alimentação inadequada e no deslocamento inseguro, condições essenciais para a sanidade física e mental de qualquer trabalhador; assim, o servidor não poderá ser privado dessas condições e tampouco delas se privar voluntariamente.

51. Na contramão da decisão do TJDF, nunca é demais lembrar da tendência mundial de redução da jornada de trabalho, amparada em sólidos estudos realizados por profissionais de diversas áreas, em especial da saúde.

52. Mostra-se imprescindível, destarte, a análise individual de cada caso concreto, de forma a que se possa observar se a carga horária da dupla jornada de trabalho permite que o servidor desempenhe, a contento e com saúde, suas atribuições funcionais, e usufrua de um adequado intervalo extra e intrajornada, locomoção e alimentação. À evidência que se depara com parâmetros nada objetivos, devendo prevalecer incontinenti a observância da razoabilidade sob uma ótica restritiva, já que a regra constitucional geral é a da não acumulação de cargos. Oportuno trazer à baila a lição do hermeneuta Carlos Maximiliano:

Interpretam-se estritamente os dispositivos que instituem exceções às regras gerais firmadas pela Constituição. Assim se entendem os que favorecem algumas profissões, classes, ou indivíduos, excluem outros, estabelecem incompatibilidades, asseguram prerrogativas, ou cerceiam, embora temporariamente, a liberdade, ou as garantias da propriedade. Na dúvida, siga-se a regra geral. (...)

Não se admite interpretação estrita que entrave a realização plena do escopo visado pelo texto. Dentro da letra rigorosa dele procure-se o objetivo da norma suprema; seja este atingido, e será perfeita a exegese. (...)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 45
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

Quando as palavras forem suscetíveis de duas interpretações, uma estrita, outra ampla, adotar-se-á aquela que for mais consentânea com o fim transparente da norma positiva.

53. Havendo má prestação de serviço, atrasos sistemáticos, inassiduidade habitual ou desídia, o gestor público tem o poder e o dever de, após a apuração dos fatos no caso concreto e observado o devido processo legal, aplicar a penalidade cabível à infração disciplinar cometida pelo servidor.

54. Reafirmamos que a compatibilidade horária deve primar pelo atendimento ao interesse público, não podendo se circunscrever à simples comprovação de ausência de superposição de jornadas. Não é difícil imaginar a intenção do legislador constitucional que, ao vedar a acumulação de cargos, salvo nas hipóteses expressamente definidas, buscou garantir melhor desenvolvimento da função pública, em áreas tão essenciais como educação e saúde.

55. Não há que se falar em fixação de limite de horas semanais de trabalho como regra a ser seguida para aferimento da compatibilidade, sem que sejam observadas as normas protetivas à saúde, segurança e bem estar físico e mental do servidor, cujo descumprimento afeta o exercício regular de suas atribuições, causando prejuízos à população em geral, e sem que também seja resguardado o interesse público.

56. Cabe ao Poder Público imprimir maior e contínuo rigor no controle do cumprimento da jornada de trabalho de seus agentes e avaliar se a carga horária a que se sujeitam conduz ao fim colimado pela Administração. Valendo-se da discricionariedade administrativa, os gestores podem aceitar ou reduzir a jornada de trabalho, arcando com as consequências decorrentes de abusos e eventuais prejuízos advindos de sobrejornadas excessivas.

57. Conforme comentado no parágrafo vigésimo segundo, a Secretaria de Saúde do DF possui norma interna que veda a adoção de regime

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 46
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

de trabalho com carga horária superior a 12 horas, sendo que o servidor que presta serviços em regime de compensação, quando escalado em plantão de 12 horas, deve fazer um intervalo mínimo de 6 horas entre uma e outra jornada de trabalho, ainda que possua mais de um vínculo (Portaria nº 145/11, art. 8º, §§ 1º e 2º). Consta do § 3º do art. 10, que a responsabilidade pelo controle da situação funcional é afeta à chefia imediata do servidor, dos setoriais de pessoal e do Núcleo de Registro e Movimentação ou unidade equivalente.

58. Aqui merece destaque o voto proferido pelo Conselheiro Paulo Tadeu no Processo nº 12323/12 ensejador do presente estudo, quando enfatiza a necessidade de ser levado em consideração, com rigor, o tempo de descanso extra e intrajornada, assim como o descanso de um dia na semana. O nobre Conselheiro também pede a fixação de entendimento no sentido de que o servidor, no período de descanso em um dos vínculos, não trabalhe no outro.

59. A intenção do i. Julgador desta Corte encontra-se inserida na norma interna da SES/DF (Portaria nº 145/11), sem que, contudo, venha sendo cumprida com o rigor necessário que as acumulações de cargos impõem. Na prática, verifica-se a existência de uma infinidade de situações de acúmulo sem o intervalo de 6 horas entre uma e outra jornada de trabalho e também com elevada jornada semanal de trabalho. Por outro lado, diante da recomendação do Tribunal a todos os seus jurisdicionados para fiel observância do repouso semanal remunerado⁷, esse particular vem sendo observado pela SES, em especial. Importa, destarte, que o Tribunal chame em audiência o responsável pela Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, a par das competências insertas no Regimento Interno da SES (Decreto nº 34.213/13), para que justifique a inobservância da Portaria

⁷ Processo nº 12.579/12, Decisão nº 4238/12: *determinar a todos os jurisdicionados do TCDF que, na apuração de acumulação de cargos, seja no momento da admissão, seja no momento da comprovação de que cuida o § 3º do art. 46 da Lei Complementar nº 840/2011, levem em consideração, relativamente à compatibilidade de horários, o disposto no art. 7º, XV, c/c o art. 39, §3º, da Constituição Federal, de forma a assegurar aos ocupantes de cargos, empregos e funções públicas o repouso semanal remunerado;*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 47
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

nº 145/11, sugestão apresentada, inclusive, pelo MPjTCDF, conforme parecer da lavra da Dra. Márcia Farias, exarado justamente no processo que deu origem ao presente estudo (Processo nº 12323/12).

60. Conforme comentado alhures, as hipóteses de acumulação de cargos condicionam-se à tão falada compatibilidade de horários – cuja definição é controversa ante a inexistência normativa de limite máximo para a jornada dos servidores –, a serem analisadas individualmente.

CONCLUSÕES

61. Nem a Constituição Federal e nem a legislação comum definem com precisão a compatibilidade horária nas acumulações de cargos, não havendo, de conseguinte, previsão normativa de limite máximo de horas trabalhadas. Apesar disso, parece-nos que não se afigura cabível admitir uma carga horária semanal exagerada, desprovida de um descanso semanal e de tempo suficiente para alimentação e deslocamento.

62. Fazendo um apanhado da legislação, doutrina e jurisprudência acerca do tema compatibilidade de horários nas acumulações de cargos, empregos ou funções públicas, chegamos às seguintes conclusões:

➤ A compatibilidade de horários para as acumulações de cargos, empregos ou funções públicas deve primar pela excelência e eficiência na prestação do serviço público, bem como pela dignidade da pessoa humana do servidor, resguardando-se, incontinenti, os intervalos de descanso extra e intrajornada, de locomoção, alimentação e lazer, que concorrem para sua sanidade física e mental;

➤ A compatibilidade horária não deve ser compreendida a partir do parâmetro único do somatório das jornadas de trabalho em cada um

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 48
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

dos cargos acumulados e nem tampouco da mera ausência de choque ou superposição de horários;

➤ Sobrejornadas excessivas acarretam prejuízos à Administração Pública, à população e ao servidor que a elas se submete, não sendo de sua livre deliberação a execução de escalas de trabalho de difícil ou até impossível cumprimento;

➤ Não há possibilidade fática de conciliação de horários pelo servidor que pretende exercer em sua plenitude dois cargos públicos com jornada cumulada de 80 horas semanais, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 635016/RJ) ;

➤ A fiscalização da assiduidade e eficiente produtividade do servidor que acumula cargos deve ser feita com rigor pela chefia imediata, a quem compete adotar as providências cabíveis em caso de desídia ou descumprimento dos deveres funcionais;

➤ A limitação da jornada semanal de trabalho cumulativo em 60 horas é implemento de condição sem arrimo em diploma legal, devendo ser revista a Decisão TCDF nº 2975/08, neste particular;

➤ Diante da lacuna legal, a licitude da acumulação de cargos, empregos ou funções públicas não está sujeita a jornada máxima a ser exercida nos dois cargos acumuláveis, devendo a análise da compatibilidade de horários ser feita no caso concreto e partir de um critério de razoabilidade e bom senso, com cabal comprovação da possibilidade de cumprimento de ambas as cargas horárias pelo servidor;

➤ É obrigatória a observância dos direitos sociais assegurados pela Constituição, em especial o repouso semanal remunerado e a garantia de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (arts. 6º e 7º, incisos XV e XXII, c/c art. 39, § 3º);

➤ O cumprimento da jornada de trabalho dos servidores que acumulam lícitamente cargos, empregos ou funções públicas será verificado por amostragem nas auditorias de regularidade realizadas por esta DIADM;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕESTCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 49
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

➤ No que tange às acumulações de cargos na Secretaria de Saúde do DF, considerando o disciplinamento dado pela Portaria nº 145/11 – que dispôs de forma clara sobre a elaboração de escalas de serviços e distribuição de carga horária de trabalho dos seus servidores –, eventual descumprimento de seus termos ensejará o chamamento em audiência dos titulares dos setores responsáveis, no caso a Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde.

63. São estas as conclusões do estudo ora realizado. Resta-nos deixar registrado que a interpretação restrita que demos ao termo *compatibilidade de horários* presta-se apenas a contribuir para a solução dos complexos desafios enfrentados pelo administrador, quando se depara com as mais diversas possibilidades legais de acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas.

64. Para melhor fechamento das conclusões preliminares ora apresentadas, seria de bom alvitre que as mesmas fossem enviadas às Secretarias de Saúde e de Educação do DF, ressaltando serem estas as pastas que concentram a grande maioria das situações de cumulatividade de cargos, empregos ou funções públicas. A sugestão que ora se apresenta alinha-se às deliberações do TCDF quando analisa a constitucionalidade de normas, a exemplo das Decisões de nºs 4351/09 e 2616/10.

65. Após a análise das considerações expostas pelas Secretarias de Saúde e de Educação, poderemos apresentar conclusões mais objetivas e firmar, com maior convicção, entendimento sobre o tema. Desta forma, a decisão terminativa do TCDF tende a ser completa, refletindo melhor a realidade vivenciada por seus jurisdicionados.

Diante de todo o exposto, sugerimos ao Egrégio Tribunal:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 50
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

I – tomar conhecimento das conclusões preliminares alcançadas por esta unidade técnica, a saber:

- A compatibilidade de horários para as acumulações de cargos, empregos ou funções públicas deve primar pela excelência e eficiência na prestação do serviço público, bem
- como pela dignidade da pessoa humana do servidor, resguardando-se lhe, incontinenti, os intervalos de descanso extra e intrajornada, de locomoção, alimentação e lazer, que concorrem para sua sanidade física e mental.
- A compatibilidade horária não deve ser compreendida a partir do parâmetro único do somatório das jornadas de trabalho em cada um dos cargos acumulados e nem tampouco da mera ausência de choque ou superposição de horários.
- Sobrejornadas excessivas acarretam prejuízos à Administração Pública, à população e ao servidor que a elas se submete, não sendo de sua livre deliberação a execução de escalas de trabalho de difícil ou até impossível cumprimento.
- Não há possibilidade fática de conciliação de horários pelo servidor que pretende exercer em sua plenitude dois cargos públicos com jornada cumulada de 80 horas semanais conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 635016/RJ).
- A fiscalização da assiduidade e eficiente produtividade do servidor que acumula cargos deve ser feita com rigor pela chefia imediata, a quem compete adotar as providências cabíveis em caso de desídia ou descumprimento dos deveres funcionais.
- A limitação da jornada semanal de trabalho cumulativo em 60 horas é implemento de condição sem arrimo em diploma legal, devendo ser revista a Decisão TCDF nº 2975/08, neste particular.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 51
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

- Diante da lacuna legal, a litude da acumulação de cargos, empregos ou funções públicas não está sujeita a jornada máxima a ser exercida nos dois cargos acumuláveis, devendo a análise da compatibilidade de horários ser feita no caso concreto e partir de um critério de razoabilidade e bom senso, com cabal comprovação da possibilidade de cumprimento de ambas as cargas horárias pelo servidor.
- É obrigatória a observância dos direitos sociais assegurados pela Constituição, em especial o repouso semanal remunerado e a garantia de redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (arts. 6º e 7º, incisos XV e XXII, c/c art. 39, § 3º).
- O cumprimento da jornada de trabalho dos servidores que acumulam lícitamente cargos, empregos ou funções públicas será verificado por amostragem nas auditorias de regularidade realizadas por esta DIADM.
- No que tange às acumulações de cargos na Secretaria de Saúde do DF, considerando o disciplinamento dado pela Portaria nº 145/11 – que dispôs de forma clara sobre a elaboração de escalas de serviços e distribuição de carga horária de trabalho dos seus servidores –, eventual descumprimento de seus termos ensejará o chamamento em audiência dos titulares dos setores responsáveis, no caso a Subsecretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde;

II – enviar às Secretarias de Estado de Saúde e de Educação do DF, caso acolhidas, as conclusões a que chegou esta unidade técnica, arroladas no item I, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ATOS DE ADMISSÕES

TCDF-SEFIPE-DIADM
Folha nº 52
Processo nº 3979/13
Rubrica: *MMPS*

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para adoção das providências pertinentes.

À consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, 28 de maio de 2013.

Márcia de Melo Pereira Tiscoski
Auditora de Controle Externo
Matrícula nº 860-5

DIGITALIZADO